

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta terça-feira

21/04/2015

Os líderes do PSDB discordam quanto à conveniência de apoiar um pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. O senador por São Paulo José Serra entende que só é possível tirar um presidente do cargo quando se constatar uma irregularidade legal — algo que, de acordo com ele, ainda não ocorreu. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso concorda com ele, e opina que “impeachment não pode ser tese”. Por outro lado, o senador mineiro e presidente do partido Aécio Neves conclama seus colegas a investigar se as “pedaladas fiscais” apontadas pelo Tribunal de Contas da União constituíram crime de responsabilidade. Se sim, ele diz que agirá “segundo a Constituição”. O governador de São Paulo Geraldo Alckmin defendeu investigações amplas, mas destacou que “nada impede que se discuta” o impeachment. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Temer: impeachment é "impensável"

O vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), disse nessa segunda-feira (20/4), em Lisboa que é "impensável" discutir o impeachment da presidente Dilma Rousseff. "Eu acho impensável, porque nós temos que ter tranquilidade institucional no nosso país", disse o peemedebista. "Não podemos abalar as nossas instituições democráticas falando desse assunto. Volto a dizer: é matéria impensável". As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Crítica aos pedidos de vista

Em editorial, o jornal **O Estado de S. Paulo** afirmou que o uso exagerado do pedido de vista e a demora excessiva na devolução dos processos, por ministros



dos tribunais superiores, está não só retardando o julgamento de processos relevantes. Além disso, o jornal aponta que o instituto está sendo usado “como uma espécie de direito de veto, pois a demora da apresentação do voto-vista impede a aplicação de leis. Como efeitos colaterais, essa prática distorce o sistema legislativo e gera tensões entre os Poderes”.

Cunhada fiel

Presa na operação “lava jato”, a cunhada do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, Marice Corrêa de Lima, prestou depoimento nessa segunda-feira (20/4) à Polícia Federal e negou participação no esquema de desvios da Petrobras. Ela disse não ter recebido nada do doleiro Alberto Youssef, e garantiu ter patrimônio com origem lícita e declarado à Receita, conforme o advogado Cláudio Pimentel. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Liberdade religiosa

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina suspendeu uma lei municipal que obriga escolas públicas e particulares da capital catarinense a manter cópias da Bíblia em bibliotecas. De acordo com a corte, a lei “é uma afronta à liberdade religiosa”. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Quebra de sigilo

A força-tarefa montada para a operação “zelotes”, que investiga fraudes em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, vai analisar a quebra de 43 sigilos bancários. A varredura abrange 2,3 mil horas de interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça, 230 mil e-mails e documentos apreendidos em 41 residências e consultorias. As informações são do jornal **Folha de S.Paulo**.

Sem saúde nem educação

Em artigo no jornal **O Estado de S. Paulo**, Ruy Martins Altenfelder Silva afirma que os direitos constitucionais à saúde e educação estão longe de serem efetivados. Segundo ele, sem isso, não é possível assegurar a proteção estatal da família, garantida pelo artigo 226 da CF.

Demora na “lava jato”

A defesa da Odebrecht enviou um ofício ao Supremo Tribunal Federal reclamando da decisão do relator da operação “lava jato”, ministro Teori Zavascki, de adiar os depoimentos marcados para a semana passada na PF. A decisão foi tomada a pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. De acordo com procuradores, há divergência nas estratégias de investigação da PF e do Ministério Público. A pausa é uma tentativa de a Procuradoria-Geral elaborar nova ordem para os depoimentos. O diretor da Odebrecht Alexandrino Alencar teve a oitiva adiada e se sentiu injustificado pela medida. Queria prestar logo os esclarecimentos necessários. O depoimento dele servirá para instruir inquérito que investiga o ex-deputado João Alberto



Pizzolatti (PP-SC). As informações são do jornal **O Globo**.

Camargo Corrêa x Vaccari Neto

O MPF convocou os executivos da Camargo Corrêa como testemunhas de acusação no processo envolvendo o tesoureiro afastado do PT João Vaccari Neto. Na sexta-feira, a Justiça liberou os primeiros depoimentos do presidente da empreiteira, Dalton Avancini, e do vice-presidente, Eduardo Leite, que assinaram acordo de colaboração com a Justiça. Leite afirmou aos investigadores que Vaccari o procurou em 2010 e pediu R\$ 10 milhões em doação oficial ao PT a título de pagamento de propina. As informações são do jornal **O Globo**.

Sem controle

Em artigo no jornal **O Globo**, o desembargador federal Marcus Abraham afirmou que, após 15 anos de sua promulgação, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) está deixando de ser fielmente seguida pela Administração Pública. Para ele, a norma deve ser respeitada, de forma “que se possa oferecer ao cidadão e aos governos os meios necessários para o desenvolvimento econômico e social”.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2015-abr-21/noticias-justica-direito-jornais-terca-feira-79-2/>